

O TRABALHO DE PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO APOIO A USUÁRIOS COM TRANSTORNOS MENTAIS EM MUNICÍPIOS DO INTERIOR DO MARANHÃO

THE WORK OF PRIMARY HEALTH CARE PROFESSIONALS IN SUPPORTING USERS WITH MENTAL DISORDERS IN MUNICIPALITIES IN THE INTERIOR OF MARANHÃO

EL TRABAJO DE PROFESIONALES DE LA ATENCIÓN PRIMARIA DE SALUD EN EL APOYO A USUARIOS CON TRASTORNOS MENTALES EN MUNICIPIOS DEL INTERIOR DE MARANHÃO

Alice Vieira Chaves

Graduação em Enfermagem, Centro Universitário Santa Terezinha – CEST, Brasil

E-mail: alicechaves698@gmail.com

Leandro Saldanha Nunes Mouzinho

Mestre em Saúde Coletiva, Centro Universitário Santa Terezinha – CEST, Brasil

E-mail: leandro.saldanha@cest.edu.br

Resumo

Este estudo teve como objetivo analisar o trabalho de profissionais da Atenção Primária à Saúde no apoio a usuários com transtornos mentais em municípios do interior do Maranhão. Trata-se de uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa, com caráter descritivo e exploratório, realizada nos municípios de Marajá do Sena e Paulo Ramos. Participaram cinco profissionais de saúde que atuavam diretamente na assistência a pessoas com transtornos mentais, sendo quatro enfermeiros e uma médica. A coleta de dados ocorreu por meio de questionário semiestruturado eletrônico, e o material foi submetido à Análise de Conteúdo temática proposta por Bardin. Os resultados evidenciaram três unidades de sentido centrais: o cuidado inicial, a observação clínica e o encaminhamento como eixos principais da atuação profissional; as fragilidades estruturais e formativas da rede local, marcadas pela ausência de educação continuada, pela limitação do suporte institucional e pelas dificuldades de acesso aos serviços especializados; e o manejo de situações de crise, permeado por preocupações com contenção, segurança e acolhimento. Os achados demonstram que o trabalho em saúde mental nesses contextos ultrapassa a execução de procedimentos técnicos, exigindo decisões clínicas, sensibilidade relacional e articulação com a rede de atenção. Conclui-se que a atuação dos profissionais da APS no apoio a usuários com transtornos mentais em municípios do interior do Maranhão é atravessada por desafios assistenciais

importantes, o que reforça a necessidade de investimentos em qualificação profissional, fortalecimento da rede de atenção psicossocial e consolidação de práticas mais humanizadas, seguras e resolutivas.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde; Pessoal de Saúde; Transtornos Mentais.

Abstract

The study aimed to analyze the work of Primary Health Care professionals in supporting users with mental disorders in municipalities in the interior of Maranhão. This was a field study with a qualitative, descriptive, and exploratory approach, conducted in the municipalities of Marajá do Sena and Paulo Ramos. Five health professionals who worked in the care of people with mental disorders participated in the study, including four nurses and one physician. Data were collected through an electronic semi-structured questionnaire, and the material was analyzed using thematic Content Analysis according to Bardin. The findings revealed three central axes: initial care, clinical observation, and referral as the main strategies of practice; structural and training-related weaknesses in the local network, marked by the absence of continuing education, insufficient institutional support, and difficulties in accessing specialized care; and the management of crisis situations, permeated by demands for restraint, safety, and welcoming care. It was found that professional practice in mental health, in these contexts, goes beyond technical procedures and involves clinical decision-making, relational mediation, and coping with institutional limitations that affect the quality of care. It is concluded that support for users with mental disorders in Primary Health Care, in municipalities in the interior of Maranhão, is developed in a setting of important care-related challenges, which reinforces the need for professional qualification, strengthening of the psychosocial care network, and investment in more humanized, safe, and effective practices.

Keywords: Primary Health Care; Health Personnel; Mental Disorders.

Resumen

El estudio tuvo como objetivo analizar el trabajo de los profesionales de la Atención Primaria de Salud en el apoyo a usuarios con trastornos mentales en municipios del interior de Maranhão. Se trata de una investigación de campo, con enfoque cualitativo, descriptivo y exploratorio, realizada en los municipios de Marajá do Sena y Paulo Ramos. Participaron cinco profesionales de la salud que actuaban en la atención a personas con trastornos mentales, siendo cuatro enfermeros y una médica. La recolección de datos se llevó a cabo mediante un cuestionario semiestructurado electrónico, y el material fue sometido al Análisis de Contenido temático, según Bardin. Los hallazgos evidenciaron tres ejes centrales: la atención inicial, la observación clínica y la derivación como principales estrategias de actuación; las fragilidades estructurales y formativas de la red local, marcadas por la ausencia de educación continua, apoyo institucional insuficiente y dificultades de acceso a la atención especializada; y el manejo de situaciones de crisis, atravesado por demandas

de contención, seguridad y acogida. Se constató que la actuación profesional en salud mental, en estos contextos, va más allá de los procedimientos técnicos e implica toma de decisiones clínicas, mediación relacional y enfrentamiento de limitaciones institucionales que repercuten en la calidad de la atención. Se concluye que el apoyo a usuarios con trastornos mentales en la Atención Primaria de Salud, en municipios del interior de Maranhão, se desarrolla en un escenario de importantes desafíos asistenciales, lo que refuerza la necesidad de cualificación profesional, fortalecimiento de la red de atención psicosocial e inversión en prácticas más humanizadas, seguras y resolutivas.

Palabras clave: Enfermería en Salud Mental; Atención psicosocial; Trastornos mentales.

1. Introdução

A atuação de profissionais da Atenção Primária à Saúde no apoio a usuários com transtornos mentais em municípios do interior do Maranhão constitui um tema relevante no campo da saúde pública, especialmente diante das dificuldades estruturais, assistenciais e territoriais que permeiam o cuidado em saúde mental nesses contextos. Por sua complexidade, os transtornos mentais demandam acompanhamento contínuo, escuta qualificada, vínculo terapêutico e articulação entre diferentes pontos da rede de atenção (Garcia *et al.*, 2017).

Com o avanço da Reforma Psiquiátrica brasileira, o modelo centrado na hospitalização foi progressivamente substituído por uma lógica de cuidado territorial, comunitária e psicossocial, organizada em rede e composta por diferentes serviços, entre eles a Atenção Primária à Saúde. Nesse cenário, a APS passou a ocupar posição estratégica por atuar como porta de entrada do sistema e por possibilitar acolhimento, identificação precoce das demandas, acompanhamento longitudinal e encaminhamento dos usuários quando necessário. Além disso, esse processo exigiu reorganização das práticas profissionais, com valorização da autonomia do usuário, da empatia e da participação ativa no cuidado (Araújo, 2023).

Entretanto, apesar dos avanços observados, ainda persistem desafios importantes, sobretudo nos municípios do interior, onde a limitação de recursos, a fragilidade da rede de apoio e as dificuldades de acesso podem comprometer a integralidade da assistência. Nessa perspectiva, compreender o trabalho dos

profissionais da Atenção Primária à Saúde torna-se essencial, uma vez que o cuidado em saúde mental requer atuação integrada, compartilhamento de responsabilidades e estratégias voltadas às necessidades singulares dos usuários (Maranhão, 2023).

Dessa forma, o presente estudo justifica-se pela necessidade de analisar como esses profissionais atuam no apoio a usuários com transtornos mentais em municípios do interior do Maranhão, considerando que o fortalecimento do trabalho em equipe pode favorecer práticas assistenciais mais resolutivas, humanizadas e articuladas com os princípios da atenção psicossocial (Mouzinho; Alves Junior; Luz, 2023; Sampaio *et al.*, 2024).

Diante desse cenário, formulou-se a seguinte questão norteadora: como se configura a atuação dos profissionais da atenção primária à saúde no apoio a usuários com transtornos mentais em cidades do interior do Maranhão? A partir disso, estabeleceu-se como objetivo geral analisar o trabalho de profissionais da atenção primária à saúde no apoio a usuários com transtornos mentais em cidades do interior do Maranhão.

2. Metodologia

Tratou-se de uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa, com caráter descritivo e exploratório, realizada nos municípios de Marajá do Sena e Paulo Ramos, no interior do Maranhão. A escolha desses cenários ocorreu em razão da crescente demanda por atendimento em saúde mental nas unidades locais, o que tornou pertinente investigar como os profissionais da Atenção Primária em Saúde percebiam e vivenciavam o cuidado prestado a pessoas com transtornos mentais nesses contextos assistenciais.

Os municípios investigados integram a Região de Saúde de Bacabal. Nesse contexto, a APS constitui o primeiro nível de atenção e coordena o cuidado entre os diferentes pontos da rede, enquanto a Rede de Atenção Psicossocial organiza a assistência em saúde mental de forma territorial e integrada (Brasil, 2017; Maranhão, 2026).

Em Paulo Ramos, havia 16 estabelecimentos de saúde cadastrados em

2024, incluindo 9 Unidades Básicas de Saúde e 1 CAPS, embora este estivesse desativado até adequação estrutural, sem registro de produção de atenção psicossocial no período (Paulo Ramos, 2025). E em Marajá do Sena, o Plano Municipal de Saúde 2021–2024 informa ausência de CAPS no município, com referenciamento de usuários para o CAPS II de Lago da Pedra (Marajá do Sena, 2025). Assim, nos dois cenários, as unidades da APS ocupam posição central no acolhimento, manejo inicial e encaminhamento de usuários com demandas de saúde mental.

Participaram do estudo profissionais de saúde da Atenção Primária à Saúde que atuavam diretamente na assistência a pessoas com transtornos mentais nas unidades de saúde dos municípios selecionados. A amostragem foi intencional e por conveniência, considerando a atuação direta desses profissionais no cuidado e sua disponibilidade para participação no período da coleta. Inicialmente, foram identificados 15 profissionais nos cenários investigados.

Destes, quatro não foram incluídos por estarem em período de férias ou afastamento laboral durante a coleta de dados, e seis recusaram participar da pesquisa. Assim, a amostra final foi composta por cinco participantes, sendo quatro enfermeiros e um profissional da medicina. Considerando o delineamento qualitativo e exploratório do estudo, esse corpus foi compreendido como suficiente para apreender elementos iniciais do fenômeno investigado no contexto analisado, sem pretensão de exaustão teórica.

Foram incluídos profissionais com idade igual ou superior a 18 anos, em exercício nas unidades selecionadas durante o período da coleta, com no mínimo dois anos de atuação na unidade e que concordaram em participar do estudo mediante aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram excluídos os profissionais que se encontravam em período de férias, licença ou afastamento laboral durante a coleta, que não aceitaram participar da pesquisa ou que apresentaram limitações para leitura, compreensão ou aceite do termo.

A coleta de dados ocorreu por meio de um questionário semiestruturado, elaborado pelos pesquisadores com base na literatura sobre assistência na Atenção Primária em Saúde no contexto da saúde mental, composto

predominantemente por questões abertas. O instrumento foi disponibilizado em formato eletrônico, por meio do *Google Forms*, e encaminhado aos participantes pelos responsáveis das unidades ou diretamente pelos pesquisadores, acompanhado de orientações sobre os objetivos do estudo, o caráter voluntário da participação e o sigilo das informações. O tempo médio de preenchimento foi de 15 a 20 minutos.

Embora o questionário semiestruturado eletrônico tenha favorecido a viabilidade da coleta e a flexibilidade de participação dos profissionais, reconhece-se que esse recurso impõe limites ao aprofundamento qualitativo. Por ocorrer sem interação direta entre pesquisador e participante, não possibilita sondagens, esclarecimentos em tempo real ou exploração de elementos emergentes das falas, além de não permitir a apreensão de aspectos não verbais. Desse modo, o material produzido pode apresentar menor densidade descritiva quando comparado a entrevistas presenciais ou remotas em profundidade

Os dados foram analisados por meio da Análise de Conteúdo temática, segundo a proposta de Bardin, desenvolvida nas etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, com inferência e interpretação (Bardin, 2016). Inicialmente, realizou-se a leitura flutuante das respostas e a organização do corpus analítico. Em seguida, procedeu-se à codificação das unidades de sentido e ao agrupamento em categorias temáticas. Por fim, as categorias construídas foram interpretadas à luz do referencial teórico e da literatura científica pertinente. As respostas foram organizadas em planilhas eletrônicas, com preservação do anonimato dos participantes mediante identificação por códigos alfanuméricos.

A pesquisa atendeu aos preceitos éticos estabelecidos pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. A participação foi voluntária, condicionada à leitura e ao aceite do TCLE em formato digital. O anonimato e a confidencialidade das informações foram assegurados em todas as etapas do estudo, e os dados foram utilizados exclusivamente para fins científicos. O estudo foi aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa, sob CAAE nº 95745926.0.0000.0454, antes do início da coleta de dados.

3. Resultados

O presente estudo baseia-se nos dados de cinco profissionais de saúde entrevistados, sendo quatro enfermeiros e um profissional da medicina, integrante da equipe multiprofissional, com idades entre 24 e 47 anos, com o nível de formação superior, sendo a maioria do sexo feminino. A partir das entrevistas realizadas, observa-se que uma das questões evidenciadas se refere à ausência de educação continuada voltada à saúde mental nas instituições analisadas, bem como à necessidade de maior suporte institucional aos profissionais diante das demandas relacionadas ao cuidado em saúde mental.

Tabela 1: Caracterização sociodemográfica dos participantes. São Luís, 2026.

VARIAVEIS	N	%
Gênero		
Homem	1	20%
Mulher	4	80%
Faixa etária		
21 a 30 anos	4	80%
31 a 50 anos	1	20%
Nível de formação		
Nível Superior	5	100%
Nível Técnico	0	0%
TOTAL	5	100%

Fonte: A autora (2026)

Após leitura sistemática das respostas, codificação das unidades de sentido e agrupamento temático do material, foram construídas três unidades analíticas centrais relacionadas ao trabalho dos profissionais da Atenção Primária à Saúde no apoio a usuários com transtornos mentais nos municípios investigados. Essas unidades emergiram da recorrência de conteúdos associados: a) ao cuidado inicial, à observação clínica e ao encaminhamento dos casos; b) às fragilidades estruturais e formativas da rede local, marcadas por suporte institucional insuficiente e dificuldades de acesso à atenção especializada; e c) ao manejo de situações de crise, nas quais apareceram, de modo reiterado, referências à contenção, à

segurança e ao acolhimento. Os excertos apresentados a seguir ilustram os núcleos de sentido mais representativos de cada unidade e evidenciam que a atuação profissional, nesses contextos, articula práticas assistenciais, decisões clínicas e enfrentamento de limites institucionais.

Sobre o apoio em saúde mental como cuidado inicial, observação clínica e dificuldades no encaminhamento, as falas dos participantes evidenciam que o trabalho dos profissionais no atendimento a usuários com transtornos mentais ocorre, sobretudo, no âmbito do cuidado inicial, com ênfase na escuta, anamnese, observação dos sinais apresentados, administração de medicação prescrita e encaminhamento para serviços de maior complexidade.

Nesse contexto, a atuação profissional aparece fortemente vinculada ao reconhecimento das manifestações clínicas e comportamentais do usuário em sofrimento psíquico, assumindo papel importante na estabilização inicial e na condução do caso dentro da rede de atenção.

Profissional 01: “Em nossa unidade são realizados atendimentos de urgência e emergência. Nos casos de pacientes com transtornos mentais, é feita a anamnese, avaliação e administração de medicação prescrita pelo médico, sendo posteriormente encaminhados ao hospital de referência.”

Profissional 03: “[...] dentre todas as situações que é muito comum a gente receber em crise de ansiedade, paciente com dispneia, dor torácica e taquicardia, a que mais me chamou atenção foi uma paciente com histórico depressivo que já vinha dando crises de repetições e dava entrada no pronto socorro com falta de ar e taquicardia, nesse dia ela evoluiu pra uma convulsão e não foi uma convulsão transitória de 3 minutos, foi persistente por mais ou menos uns 30 minutos mesmo sendo administrando diazepam não cessava, durou uns 40 minutos”.

Os excertos evidenciam que, no material empírico, o apoio oferecido pelos participantes se concentra sobretudo na avaliação inicial do quadro, na observação de manifestações clínicas e comportamentais e no encaminhamento para outros pontos da rede, com menor detalhamento de estratégias de acompanhamento

longitudinal no próprio serviço.

Outra unidade de sentido identificada refere-se às limitações institucionais que atravessam o cuidado em saúde mental nos municípios do interior, especialmente no que se refere à ausência de capacitação continuada, à dependência da busca individual por conhecimento e à fragilidade da rede especializada local. As falas indicam que os profissionais, muitas vezes, precisam atuar com suporte insuficiente, ao mesmo tempo em que lidam com usuários que resistem ao acompanhamento especializado, seja por estigma, seja pela dificuldade de acesso aos serviços de referência. Dessa forma, o apoio em saúde mental passa a ser desenvolvido em meio a lacunas formativas e assistenciais que dificultam a continuidade do cuidado.

Profissional 02: “Só por meio de estudos particulares, pois o hospital ainda não oferece nenhuma educação continuada pra essa área”.

Profissional 04: “[...] principalmente em crise de ansiedade eles não se consideram com esse transtorno, e quando a gente referência que eles precisam de ajuda psicológica ou do psiquiatra eles falam que não estão loucos que só foi um problema, já recebemos pessoas surtadas em quadro de esquizofrenia e o doutor chegar a diagnosticar e falar que precisava dar continuidade com o tratamento com o psiquiatra e ouve recusa deles não irem ao psiquiatra e a gente ter que encaminhar para São Luís pro Nina Rodrigues”.

Essas falas mostram que os participantes percebem a fragilidade da assistência em saúde mental não apenas como ausência de serviços especializados, mas também como insuficiência de capacitação institucional e dependência de iniciativas individuais de aprendizagem para sustentar o cuidado.

A terceira unidade de sentido revela que o manejo de usuários em crise psíquica mobiliza, simultaneamente, preocupações com segurança, contenção e qualidade do acolhimento. Os relatos mostram que a assistência em saúde mental, em situações agudas, é frequentemente marcada por medo, risco de agressão, necessidade de apoio de outros profissionais e até acionamento da polícia, o que

evidencia a complexidade dessas ocorrências no cotidiano dos serviços.

Ao mesmo tempo, as falas também apontam que a forma como o usuário é recebido desde sua entrada na unidade interfere diretamente na condução do caso, indicando que a humanização do atendimento constitui elemento central do cuidado, mesmo em cenários de crise e tensão.

Profissional 02: “aqui a gente sempre pede a presença da equipe masculina porque pra gente quanto feminina pra conter essas pessoas é muito difícil e quando nossa equipe dos enfermeiros e vigias não ajuda a conter como profissionais da saúde a gente pede o serviço da policia ai eles vem e nos ajuda conter. Já tivemos caso de familiares vim aqui pedir pra gente conter esse público, mas eles não conseguem entrar na ambulância e pra gente conseguir fazer com que eles entrem acionamos a polícia ai eles vão junto com a ambulância”.

Profissional 01: “o certo era não fazer a consulta sozinha. [...] quando eu trabalhava no serra de castro, lá também não somos polo que cuida de saúde mental, mas aparece pacientes com todos os tipos de enfermidades e necessidades, eu estava fazendo a história clínica da paciente com a cabeça baixa e ela levantou e deu um tapa no meio do meu tórax, eu por ser uma pessoa grande só dei um passo pra trás mas se fosse uma pessoa pequena tinha caído”.

Profissional 04: “[...] se já chega na recepcionista e trata mal, pessoa já chega ruim e desde da entrada já é mal atendido termina de lascar”.

Os relatos indicam que as situações de crise são vividas pelos participantes como eventos de elevada tensão assistencial, nos quais coexistem preocupações com proteção da equipe, contenção do comportamento agudo e necessidade de manutenção de uma postura acolhedora no atendimento.

4. Discussão

No que se refere à primeira unidade de sentido, os resultados deste estudo mostram que o apoio oferecido na APS ao usuário com transtorno mental, nos cenários investigados, concentra-se sobretudo no cuidado inicial, na observação

clínica e no encaminhamento. Os excertos analisados indicam que a anamnese, a avaliação do quadro, a administração de medicação prescrita e a definição do fluxo assistencial constituem elementos centrais da atuação relatada pelos participantes. Essa configuração dialoga com estudo recente que analisou o trabalho do enfermeiro diante de crises de saúde mental e identificou que sua atuação tende a ser organizada por etapas protocolizadas e “técnicas”, vinculadas à clínica psiquiátrica e à resposta imediata ao quadro apresentado, o que contribui para compreender por que, nas falas dos participantes, a anamnese, a avaliação e a administração medicamentosa aparecem como ações centrais do cuidado (Paula *et al.*, 2024).

Entretanto, a literatura recente também aponta que o cuidado em saúde mental não deve se restringir à lógica procedimental. Em estudo sobre ações de enfermagem na internação psiquiátrica, observou-se que a relação profissional-usuário, a avaliação singular da situação clínica e a escuta atenta e qualificada são elementos fundamentais do cuidado, ao lado de atividades como administração de medicações, monitoramento de sinais vitais e uso de instrumentos de avaliação. À luz desse referencial, os achados da presente pesquisa sugerem que a observação clínica realizada pelos profissionais da APS pode ganhar maior alcance quando ultrapassa a simples vigilância de sintomas e se articula com uma leitura ampliada das necessidades do usuário em sofrimento psíquico (Nasi *et al.*, 2024).

Outro ponto relevante é que o encaminhamento, bastante presente nas falas, está em consonância com a organização da RAPS, na medida em que os serviços de urgência e emergência também funcionam como portas de entrada para o cuidado em saúde mental. O Instrutivo Técnico da RAPS estabelece que, nessas situações, os usuários devem ser acolhidos, avaliados conforme a gravidade e complexidade do quadro e, a partir disso, referenciados para atenção hospitalar, atenção secundária ou retorno à atenção primária, conforme necessidade clínica. Nesse sentido, os depoimentos analisados permitem interpretar que, nos cenários investigados, o encaminhamento ocupa lugar importante na condução dos casos e na definição do fluxo assistencial (Brasil, 2022).

Porém, deve-se reconhecer que a centralidade do cuidado inicial e do encaminhamento pode também revelar limites da resolutividade local, especialmente quando o suporte oferecido permanece concentrado na contenção sintomática e na transferência do caso. Nessa direção, um estudo recente sobre intervenções na atenção à crise em saúde mental em serviço de urgência e emergência evidenciou predomínio de contenções, medicamentação excessiva e pouca utilização da escuta qualificada, indicando permanência de práticas pouco alinhadas ao paradigma psicossocial. Assim, os resultados deste estudo permitem inferir que, embora a avaliação inicial, a administração de medicação e o encaminhamento constituam componentes legítimos do trabalho na APS, seu alcance pode permanecer limitado quando essas ações não se articulam ao acolhimento, à escuta qualificada e à continuidade do cuidado em rede (Brasil, 2022; Wasum *et al.*, 2024).

No que se refere à segunda unidade, os resultados evidenciam que o apoio a usuários com transtornos mentais, nos cenários investigados, é desenvolvido em meio a fragilidades estruturais e formativas que atravessam a assistência em saúde mental no interior. As falas apontam limitações relacionadas à ausência de capacitação institucional, à sobrecarga do aprendizado individual e às dificuldades de acesso e continuidade do cuidado na rede especializada.

No contexto da Atenção Primária, a atuação dos seus profissionais no contexto da saúde mental ainda é marcada por limitações relacionadas à formação profissional e à organização dos serviços. Em revisão de escopo sobre o tema, observa-se que as intervenções realizadas pelos profissionais da APS, em especial os enfermeiros, tendem a se concentrar em ações mais imediatas, como acolhimento, escuta inicial e encaminhamento para outros níveis de atenção, o que revela certa restrição na condução do cuidado (Dimenstein; Macedo; Fontenele, 2022; Sampaio; Bispo Júnior, 2021).

Essa realidade está frequentemente associada à insuficiência de capacitação específica na área de saúde mental, o que dificulta o desenvolvimento de práticas mais resolutivas e integradas. Tal interpretação ajuda a compreender por que, no presente estudo, os participantes relatam recorrer a estratégias

baseadas em experiências e estudos individuais para suprir lacunas de formação e de suporte institucional (Martins; Mouzinho, 2026).

Além disso, a revisão evidencia que a fragilidade na articulação da rede de atenção psicossocial contribui para a descontinuidade do cuidado e para a sobrecarga dos serviços de saúde, especialmente nos contextos onde há escassez de recursos e de apoio especializado. Nesse cenário, a Atenção Primária, que deveria atuar de forma estratégica na coordenação do cuidado, muitas vezes se limita ao papel de porta de entrada e encaminhamento, sem conseguir garantir o acompanhamento longitudinal dos usuários em sofrimento psíquico. Esse aspecto converge com os depoimentos analisados, nos quais aparecem dificuldades de acesso a serviços de referência e barreiras para a continuidade terapêutica, sugerindo baixa retaguarda assistencial nos contextos estudados (Dimenstein; Macedo; Fontenele, 2022; Sampaio; Bispo Júnior, 2021).

Ao considerar a Atenção Primária como um espaço formador para os profissionais que nela trabalham, observa-se que o cuidado em saúde mental exige dos profissionais não apenas habilidades técnicas, mas também competências relacionais e reflexivas que nem sempre são plenamente desenvolvidas durante a formação. Evidências que abordam esse campo destacam que o contato com as demandas de saúde mental no território pode favorecer a construção de um olhar mais ampliado sobre o cuidado, pautado na escuta qualificada, no vínculo e na compreensão do contexto social do usuário (Dias *et al.*, 2020; Gaspar *et al.*, 2026).

No entanto, quando esse processo formativo ocorre de maneira fragilizada, sem suporte institucional e sem articulação com práticas pedagógicas consistentes, tende a reproduzir modelos de atenção centrados em ações pontuais e pouco integradas, o que limita o potencial transformador da Atenção Primária. À luz dessa literatura, pode-se interpretar que as fragilidades relatadas pelos participantes não decorrem apenas de dificuldades individuais, mas também de condições institucionais insuficientes para sustentar processos formativos mais consistentes no campo da saúde mental (Almeida *et al.*, 2020).

Por outro lado, a inserção dos profissionais da APS no cuidado em saúde mental nesse nível de atenção evidencia tensões entre o que é preconizado pelas

políticas públicas e o que é efetivamente realizado nos serviços. Embora a Atenção Primária seja reconhecida como espaço estratégico para o desenvolvimento de práticas de cuidado contínuo e integral, a ausência de investimentos em qualificação profissional e em organização da rede compromete esse papel (Barbosa, 2017).

Desse modo, o material empírico analisado aponta para um cenário em que o cuidado em saúde mental é produzido sob tensão entre demandas complexas e suporte institucional limitado, o que impacta tanto a formação quanto a assistência. Esses aspectos reforçam os achados deste estudo, ao indicar que as limitações estruturais e formativas influenciam diretamente na consolidação de um cuidado em saúde mental mais abrangente e efetivo (Dias *et al.*, 2020).

Ao integrar esses aspectos, estudos que abordam a atuação da equipe de enfermagem em emergências psiquiátricas evidenciam que a assistência em saúde mental, quando realizada em contextos de maior complexidade, tende a ser ainda mais impactada pelas limitações formativas e estruturais dos serviços. Nessas situações, observa-se que os profissionais frequentemente enfrentam dificuldades no manejo adequado das crises, recorrendo, muitas vezes, a intervenções centradas na contenção e na estabilização imediata do quadro, o que pode indicar fragilidades na preparação para o cuidado em saúde mental (Campos, 2019).

Ainda que esses estudos se refiram a contextos assistenciais distintos daqueles investigados aqui, eles ajudam a compreender que lacunas de qualificação e organização da rede repercutem em diferentes pontos do cuidado. No presente estudo, isso aparece na forma de insegurança profissional, encaminhamentos frequentes e dependência de suporte externo para lidar com demandas de saúde mental (Castro, 2020).

No que se refere à terceira unidade de sentido, os resultados revelam que o manejo de usuários em crise psíquica mobiliza simultaneamente preocupações com contenção, segurança dos profissionais e acolhimento. As falas demonstram que o cuidado em situações agudas é marcado por tensão, risco e complexidade, exigindo da APS não apenas intervenção técnica, mas também sensibilidade na condução do caso.

Nesse contexto, observa-se que o profissional da equipe básica da APS assume um papel decisivo na condução dessas situações, sendo responsável pela avaliação imediata do usuário, identificação de riscos e definição de condutas frente à crise. Diferentemente de atendimentos rotineiros, essas ocorrências exigem respostas rápidas em cenários de imprevisibilidade, nos quais o profissional precisa agir com agilidade, ao mesmo tempo em que garante a segurança de todos os envolvidos. À luz dessa literatura, pode-se interpretar que a crise, nos cenários investigados, é vivida como evento de elevada pressão assistencial, o que ajuda a explicar a centralidade atribuída, pelos participantes, à contenção e à segurança (Paula *et al.*, 2024).

Nessas circunstâncias, o manejo tende a se orientar pela necessidade de estabilização do quadro clínico e prevenção de agravamentos, o que pode levar à priorização de intervenções mais diretas. No entanto, a literatura destaca que a condução desses casos não deve se limitar à contenção dos sintomas, sendo fundamental considerar as singularidades do usuário e o contexto em que a crise ocorre. Nesse sentido, os resultados do presente estudo indicam uma tensão importante entre, de um lado, a necessidade de resposta rápida diante do risco e, de outro, a exigência de práticas alinhadas à humanização do cuidado (Amarante, 2011).

Outro aspecto relevante diz respeito às dificuldades enfrentadas pelos profissionais no manejo dessas situações, especialmente diante da insuficiência de preparo específico e da fragilidade da rede de atenção. A insegurança na condução das crises pode influenciar diretamente nas decisões tomadas, favorecendo práticas mais imediatistas e centradas na resolução rápida do problema. Além disso, a ausência de suporte institucional adequado e de capacitação contínua pode levar os profissionais a adotarem condutas baseadas na experiência individual, o que contribui para a heterogeneidade das práticas assistenciais. Ao comparar esses relatos com a literatura, observa-se que o manejo descrito pelos participantes ocorre em condições que podem favorecer decisões assistenciais mais imediatistas e menos padronizadas, o que afeta a qualidade da assistência e a continuidade do cuidado (Conselho Federal de Enfermagem, 2022; Paula *et al.*,

2024).

Nesse sentido, a segurança do usuário torna-se um elemento central na condução do cuidado em saúde mental, sobretudo em situações de crise, nas quais há maior risco de danos físicos e psicológicos. A literatura destaca que a gestão de riscos envolve a adoção de estratégias voltadas à identificação precoce de sinais de agravamento, como a agitação psicomotora e comportamentos agressivos, possibilitando intervenções oportunas. Nesses casos, recomenda-se que o atendimento priorize medidas menos invasivas, como a comunicação terapêutica, o acolhimento e a organização do ambiente, antes da adoção de intervenções mais restritivas (Conselho Federal de Enfermagem, 2022; Santos *et al.*, 2023).

Por outro lado, destaca-se que o enfrentamento das situações de crise exige uma atuação que vá além da resposta imediata ao evento agudo, envolvendo também a continuidade do cuidado e o acompanhamento do usuário na rede de atenção. A integração entre os serviços e o fortalecimento da qualificação profissional tornam-se fundamentais para evitar a fragmentação da assistência e promover práticas mais resolutivas. Assim, a análise desta unidade sugere que o manejo da crise, nos municípios investigados, depende não apenas da ação individual dos profissionais, mas também da existência de fluxos assistenciais mais definidos, suporte institucional e articulação efetiva com a rede de atenção psicossocial (Silva *et al.*, 2018; Simão *et al.*, 2022).

Considerando as discussões acima, é importante problematizar que a contenção física, o uso da força e o acionamento policial não devem ser incorporados como respostas ordinárias ao manejo da crise em saúde mental. Embora possam surgir em situações-limite de risco iminente, seu emprego precisa ser compreendido como medida excepcional, eticamente sensível e dependente de criteriosa avaliação clínica, uma vez que pode produzir violação de direitos, intensificação do sofrimento e reforço de práticas coercitivas pouco compatíveis com o paradigma psicossocial (Maia *et al.*, 2025).

5. Conclusão

Este estudo permitiu analisar, em caráter exploratório, aspectos do trabalho

de profissionais da Atenção Primária à Saúde no apoio a usuários com transtornos mentais em dois municípios do interior do Maranhão. A partir dos relatos obtidos, observou-se que esse trabalho se organiza principalmente em torno do cuidado inicial, da observação clínica, do encaminhamento para outros pontos da rede e do manejo de situações de crise, em um contexto marcado por fragilidades estruturais, formativas e assistenciais.

Os achados sugerem que, nos cenários investigados, a APS ocupa posição central no acolhimento e na condução inicial das demandas em saúde mental, mas atua sob condições de suporte institucional limitado, dificuldades de acesso à retaguarda especializada e desafios no manejo de situações agudas. Nesse contexto, questões como capacitação profissional, articulação em rede, segurança assistencial e humanização do cuidado mostraram-se especialmente relevantes para a qualificação das práticas desenvolvidas.

Os resultados também indicam que o cuidado em saúde mental, nesses municípios, não se restringe à execução de procedimentos técnicos, envolvendo igualmente julgamento clínico, mediação relacional e tomada de decisão diante de limites concretos da rede local. Entretanto, esses achados devem ser compreendidos à luz do caráter qualitativo e exploratório da investigação, sem pretensão de generalização para outros contextos da APS ou para diferentes realidades municipais.

Como limitações do estudo, destacam-se o número reduzido de participantes, a concentração da investigação em apenas dois municípios e o uso de questionário semiestruturado eletrônico como instrumento de coleta, o que, embora tenha favorecido a viabilidade do estudo, pode ter restringido o aprofundamento das respostas e a exploração mais densa de aspectos emergentes do discurso dos participantes. Além disso, a composição final da amostra, formada majoritariamente por enfermeiros, exige cautela adicional na interpretação dos resultados, uma vez que o estudo se propôs a analisar o trabalho de profissionais da APS.

Dessa forma, mais do que produzir afirmações abrangentes sobre a atuação da APS em saúde mental, este estudo oferece uma aproximação analítica situada

sobre como esse cuidado vem sendo vivenciado em contextos interioranos marcados por escassez de recursos e fragilidade da rede de atenção. Espera-se que os resultados possam contribuir para a reflexão sobre a necessidade de fortalecimento da atenção psicossocial no território, de ampliação da educação permanente e de melhoria das condições institucionais de cuidado, além de estimular novas pesquisas com corpus mais ampliado e maior diversidade de participantes.

Referências

ALMEIDA, J. C. P. de et al. Ações de saúde mental e o trabalho do enfermeiro. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [s.l.], v. 73, n. 1, p. 1-9, 27 abr. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0376>. Acesso em: 15 maio 2024.

AMARANTE, A. L. et al. As estratégias dos enfermeiros para o cuidado em saúde mental no programa saúde da família. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, p. 85-93, jan./mar. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/BrBSLRjG7VJVqRyFH6qHJcC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 maio 2025.

ARAÚJO, Â. C. N. **Desafios e perspectivas na atuação do profissional de enfermagem na área de saúde mental: uma revisão integrativa**. 2023. 32 f. TCC (Graduação em Enfermagem) – Universidade Federal do Maranhão, Pinheiro, 2023. Disponível em: <https://monografias.ufma.br/jspui/handle/123456789/6733>. Acesso em: 23 maio 2025.

BARBOSA, A. T. P. V. **Serviços psicológicos em saúde mental: a percepção dos psicólogos inseridos nos CAPS, CAISCAS e ambulatórios de saúde mental de São Luís - MA**. 2017. 112 f. TCC (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017. Disponível em: <https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/3016/1/ANA%20TEREZA-BARBOSA.pdf>. Acesso em: 23 maio 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Ações Programáticas. **Instrutivo técnico da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no Sistema Único de Saúde (SUS)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/instrutivo_tecnico_raps_sus.pdf. Acesso em: 13 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017**. Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde.

Disponível em:

bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0003_03_10_2017.html. Acesso em: 19 abr. 2026.

CAMPOS, R. T. O. Saúde mental no Brasil: avanços, retrocessos e desafios.

Cadernos de Saúde Pública, Campinas, p. 1-5, 23 set. 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csp/a/LKMxbhKYbPHqP8snJjHwsLQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 maio 2025.

CASTRO, M. de O. **Psicologia e reforma psiquiátrica**: histórias da participação clínica e política dos psicólogos na construção da política de saúde mental. 2020. 77 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020. Disponível em:

<https://rosario.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/4609/1/MATHEUS-CASTRO.pdf>. Acesso em: 23 maio 2025.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). **Diretrizes nacionais de atenção à enfermagem em saúde mental**. Brasília: COFEN, 2022. Disponível em:

<https://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2022/12/diretrizes-nacionais-enfermagem-saude-mental.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2026.

DIAS, B. J. M. C. et al. Cuidado em saúde mental e atenção primária em saúde como campo formador para a enfermagem. **SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 2, p. 49-56, 2020. Disponível em:

<https://pepsic.bvsalud.org/pdf/smad/v16n2/v16n2a07.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2026.

DIMENSTEIN, M.; MACEDO, J. P.; FONTENELE, M. G. Atenção psicossocial nos serviços de atenção primária à saúde: desafios à integração no Brasil. **Mental**, v. 14, n. 25, p. 1-13, 2022. DOI: 10.5935/1679-4427.v14n25.0004.

GARCIA, A. P. R. F. et al. Processo de enfermagem na saúde mental: revisão integrativa da literatura. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [s.l.], v. 70, n. 1, p. 220-230, fev. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0031>.

Acesso em: 15 maio 2024.

GASPAR, N. F. et al. A importância do conhecimento do enfermeiro em LIBRAS ao cuidado universal na Atenção Primária. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 13, n. 4, p. 1-24, 2026. DOI: 10.66104/8b4kmz20.

MAIA, A. C. et al. Abordagem policial em emergências psiquiátricas: análise de notícias veiculadas no jornalismo digital brasileiro. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, e350238, 2025.

MARAJÁ DO SENA. Secretaria Municipal de Saúde. **Plano Municipal de Saúde 2021–2024**. Marajá do Sena: Secretaria Municipal de Saúde, 2025. Disponível em: transparencia.marajadosena.ma.gov.br/index.php?class=export_file&extension=PDF&method=export_file_pdf&token=2&type=TransparenciaPlanoSaude. Acesso em: 19 abr. 2026.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Saúde. **Guia Saúde Mental na Atenção Primária à Saúde**. São Luís: Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão, 2023. *Ebook*. Acesso em: 15 maio 2024.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Saúde. **Unidades Regionais de Saúde**. São Luís: SES-MA, 2026. Disponível em: saude.ma.gov.br/unidades-regionais-de-saude/. Acesso em: 19 abr. 2026.

MARTINS, F. S.; MOUZINHO, L. S. N. A contenção mecânica na enfermagem como recurso na recuperação de usuários em saúde mental. **REMUNOM**, v. 2, n. 2, p. 1-21, 2026. DOI: 10.66104/125ccy62. Disponível em: <https://remunom.ojsbr.com/multidisciplinar/article/download/5583/5183>. Acesso em: 19 abr. 2026.

MOUZINHO, L. S. N.; ALVES JUNIOR, A. C. G.; LUZ, C. R. N. E. A enfermagem e a humanização da assistência em saúde mental: perspectivas e desafios. **Saúde Coletiva (Barueri)**, v. 12, n. 72, p. 9372-9381, 2023.

NASI, C. et al. Ações de enfermagem na internação psiquiátrica. **Revista Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 32, e87481, 2024. DOI: 10.12957/reuerj.2024.87481.

PAULA, G. B. de et al. Situações de crise de saúde mental: o trabalho do enfermeiro na Atenção Primária à Saúde. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 32, e4357, 2024. DOI: 10.1590/1518-8345.7015.4357.

PAULO RAMOS. Secretaria Municipal de Saúde. **Relatório Anual de Gestão 2024**. Paulo Ramos: Secretaria Municipal de Saúde, 2025. Disponível em: transparencia.webservicesistemas.com.br/app/output/pauloramos/orcamento/rel_atividade_gestao/11/684b20182c26d_r._saude_2024.pdf. Acesso em: 19 abr. 2026.

SAMPAIO, L. F. et al. Humanização da enfermagem no contexto do hospital psiquiátrico: perspectivas e desafios. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 17, n. 8, p. 1-20, e9890, 2024.

SAMPAIO, M. L.; BISPO JÚNIOR, J. P. Rede de Atenção Psicossocial: avaliação da estrutura e do processo de articulação do cuidado em saúde mental. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 3, e00042620, 2021. DOI: 10.1590/0102-311X00042620.

SANTOS, N. S. et al. A equipe de enfermagem e o atendimento às emergências psiquiátricas: uma revisão integrativa. **Nursing (São Paulo)**, 2023. Disponível em: <https://revistanursing.com.br/index.php/revistanursing/article/view/3157/3848>. Acesso em: 18 abr. 2026.

SILVA, A. C. et al. Os desafios dos profissionais de enfermagem na saúde mental. **Revista Remecs - Revista Multidisciplinar de Estudos Científicos em Saúde**, [S. l.], p. 16, 2018. DOI: 10.24281/rremecs.2018.11.14.spccsaude1.16. Disponível em: <https://revistaremeccs.com.br/index.php/remecs/article/view/122>. Acesso em: 19 abr. 2026.

SIMÃO, C. et al. Intervenções de enfermagem em saúde mental na Atenção Primária à Saúde: revisão de escopo. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 35, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2022AR015066>. Acesso em: 18 abr. 2026.

WASUM, F. D. et al. Avaliação de Quarta Geração: intervenções realizadas na atenção à crise em saúde mental. **Saúde em Debate**, [S. l.], v. 48, n. 142, p. e9252, 2024. Disponível em: revista.saudeemdebate.org.br/sed/article/view/9252. Acesso em: 13 abr. 2026.